



REQUERIMENTO N.º _____ de 2007

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Requer o envio de Indicação ao Ministério da Integração Nacional (MI), solicitando revisão nas macrorreferências de regionalização da Amazônia presentes no Programa Amazônia Sustentável.

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª seja encaminhada ao Ministério da Integração Nacional (MI), **Indicação** solicitando revisar a real necessidade se introduzir novas unidades de análise, diferentes das já existentes, das macrorreferências de regionalização da Amazônia presentes no Programa Amazônia Sustentável (PAS), posto que, como previsto no programa, adita complexidade e instabilidade temporal no planejamento e avaliação do desenvolvimento na região.

JUSTIFICATIVA

Em relação referências macrorregionais propostas pelo PAS e diferentes das que hoje são utilizadas, convém considerar: como no PAS original as macrorregiões e respectivas sub-regiões foram definidas com base em variáveis muito mutantes: *tendências demográficas, padrão de uso da terra, centros dinâmicos de referência e exposição a pressões do povoamento*. Todas essas variáveis são extremamente mutáveis ao longo do tempo o que as tornam inadequadas como referências de longo prazo e base para definições espaciais na região. Tal constatação pode introduzir mais instabilidade nos processos de planejamento regional;

O termo Arco do Povoamento Adensado não parece um nome adequado para se definir espaços geográficos. Se amanhã essa região deixar de ter “povoamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

adensado”, como se chamará? Se amanhã a forma de ocupação perder a forma imaginária de “arco”, como se chamara? Ademais, as duas outras regiões possuem nomes assentados em foco mais designativos de localizações: Amazônia Central e Amazônia Ocidental. Porque não seguir essa mesma lógica? Por exemplo, Amazônia Oriente-Meridional?

A proposta de macrorregiões, embora compreensível no contexto do pensamento que baliza o PAS, acaba por introduzir mais uma unidade de análise no planejamento do desenvolvimento. Já se tem as unidades geopolíticas (regiões, estados, municípios), os biomas (floresta, cerrado, etc) e as bacias hidrográficas que são usados como referência de políticas públicas setoriais. Introduzir mais uma unidade de análise, sem uma justificativa poderosa e convincente, só contribuirá para tornar mais complexo o já complicado processo de planejamento e intervenção na região.

Na leitura do PAS não pareceu imperioso que tal divisão necessite acontecer para que seus fundamentos se tornem factíveis. O próprio plano tem métodos para localizar, no território, seus focos de intervenção e avaliação sem necessidade de outras unidades analíticas além das já consagradas.

Assim, entendo que a proposta de redivisão não acrescenta qualidades novas no PAS e pode introduzir grande complexidade para sua gestão e aceitação política.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2007.

Deputada **VANESSA GRAZZIOTIN**
Presidente